

A SUBIDA DOS JUROS NOS EUA E O BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), pertencente ao Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos (EUA), elevou a Federal Funds Rate em 0,25 ponto percentual, passando-a da faixa de 0,50% a 0,75% ao ano para 0,75% a 1,00% a.a., independentemente da evolução das propostas do presidente Trump, na direção da aplicação de retaliações comerciais à China, diminuição da carga de impostos incidentes sobre as corporações e das amarras regulatórias e ampliação dos dispêndios públicos em infraestrutura e defesa.

A Federal Funds Rate, taxa básica daquele País, serve de referência para a fixação dos juros cobrados entre as instituições financeiras nas operações de empréstimos de um dia. É a terceira vez, em menos de um ano, e a segunda, em três meses, que a autoridade monetária norte-americana decidiu subir a taxa primária. Em dezembro de 2016 também houve aumento de 0,25 ponto percentual.

A decisão do FED já era esperada pelos mercados, por conta das repercussões inflacionárias da recuperação da economia dos EUA.

A deliberação do FED já era esperada pelos mercados, em razão dos desdobramentos inflacionários da recente recuperação da economia dos EUA. Enquanto o PIB vem crescendo a um ritmo superior a 2,0% a.a. e o desemprego recuou para o patamar de 4,7% da população economicamente ativa (PEA), pré-crise de 2008, a inflação já rompeu a barreira de 2,5% a.a. De acordo com o FED, há espaço para majorações graduais dos juros, provavelmente duas, até o final de 2017.

O que deve acontecer com o Brasil como consequência da decisão do Fomc? À primeira vista, em clima de acirramento da concorrência intercapitalista, qualquer alteração para cima na remuneração dos papéis de curto prazo americanos constitui estopim para a deflagração de rearranjos nas carteiras de ativos financeiros em todo o planeta, em detrimento das posições ocupadas pelos mercados emergentes.

Porém, se esforços para a restauração e/ou reforço dos fundamentos da estabilização e da retomada do crescimento prosseguirem de forma firme e transparente por aqui, não há o que temer. Ao contrário, em caso de a política econômica permanecer surfando na onda de cortes mais encorpados da taxa Selic, em dimensão de um ponto percentual, a partir da reunião do Copom de abril de 2017, em linha com o consistente declínio da inflação, parece pouco provável a ocorrência de qualquer efeito negativo na macroeconomia nacional associado à conduta do FED.

É prudente sublinhar que a inflação despencou no País por causa da recessão, pois, por ora, o ajuste fiscal não passa de uma mera promessa baseada na aposta de aprovação da reforma da previdência, sem alterações relevantes no projeto original, enviado pelo executivo ao legislativo, o que, por sinal, depende do desate do nó político, algo bastante complicado na “terra das delações premiadas da Lava Jato” e da segunda lista do Rodrigo Janot.

Logo, urge persistir na busca de erro zero na gestão monetária, fiscal e cambial, desprovida de ranços ideológicos, condição essencial para a sustentação do embrião de recuperação econômica - ainda demasiadamente ancorada na dupla formada por agronegócio e exportações - que, na melhor das hipóteses, deve manter a produção e os negócios estagnados até ao menos o final do ano, escorados na utilização da capacidade ociosa das empresas, acumulada durante os onze trimestres seguidos de recessão.

Por certo, há aqueles que discordam, não gostam e até desprezam esse tipo de argumento ou hipótese de interpretação da dinâmica cíclica dos níveis de atividade. Tais posturas devem ser respeitadas com a advertência de que, em regimes capitalistas, o organismo econômico funciona desse jeito.